UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Primeiro semestre**
Curso	**CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)**
Disciplina	**4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I**
Turma	**CCM**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **51**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do Estado. Fundamentos de administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos. A contabilidade pública e o campo de sua aplicação. Orçamento público. Receita e Despesa Pública. Exercício financeiro.

I. Objetivos

Propiciar aos acadêmicos(as) o preparo necessário para atuarem em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração, contabilidade e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

II. Programa

1.INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA
1.1Contextualização e abrangência da Contabilidade Pública
1.2Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – considerações iniciais
1.3Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da Contabilidade Pública
1.3.1 CASP e MCASP
1.4Instrumentos de Planejamento Público
1.4.1 Plano Plurianual – PPA
1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
1.4.3 Lei Orçamentária Anual – LOA
2.LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO 2.1 Lei 4.320/64
2.2 Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
2.3 O Decreto Lei 200/67 – Organização da Administração Federal
2.4 NBC TSP – Estrutura Conceitual
2.5 Lei 14.133/21 – Nova Lei das Licitações
2.6 Demais Legislações pertinentes ao Setor Público
2.6.1 Leis Orgânicas
2.6.2 Insruções Normativas do Tribunal de Contas e STN
2.6.3 CPCs - Pronunciamentos Contábeis direcionados a área Pública
3.PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS
3.1Introdução
3.2Princípios Orçamentários
3.3Receitas Orçamentárias
3.3.1 Receitas Correntes
3.3.2 Receitas de Capital
3.4Etapas da Receita Orçamentária
3.5Despesa Orçamentária
3.5.1 Despesas Correntes
3.5.2. Despesas de Capital
3.6Etapas da Despesa Orçamentária
3.6.1 Empenho
3.6.2 Liquidação
3.6.3 Pagamentos
3.7Restos a Pagar
3.8Fonte/Destinação de recursos
3.9Créditos Orçamentários
3.9.1 Suplementares
3.9.2 Especiais
3.9.2 Extraordinários
3.10 Balanço Orçamentário
4.PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)
4.1 Introdução
4.2 Aspectos gerais
4.3 Estrutura do PCASP
4.4 Código da Conta Contábil
4.5 Atributos da Conta Contábil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Primeiro semestre**
Curso	**CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)**
Disciplina	**4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I**
Turma	**CCM**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **51**

PLANO DE ENSINO

III. Metodologia de Ensino

a) Aulas expositivas com auxílio de material apostilado, projetor multimídia;
b)Exercícios de leitura e interpretação da legislação aplicável às Finanças Públicas;
c) Seminários de apresentação de trabalhos científicos;
d) Incentivo à participação do aluno no processo de ensino, por meio de interpelações, sobre os temas debatidos.
e) Exercícios práticos sobre a contabilização dos eventos analíticos e sintéticas da Contabilidade Pública.
f) Discussões dos temas de forma individualizada ou em grupos;
g) Trabalhos práticos.

IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e promover a discussão dos temas propostos, o sistema de aprendizagem e avaliação consistirá em provas escritas e trabalhos práticos.
Havendo a necessidade de recuperação de nota no semestre, será solicitado ao acadêmico (a) um trabalho envolvendo um artigo científico, ligado à área da disciplina, consistindo de um exercício ou resenha a ser definido pelo professor e comunicado previamente ao acadêmico.
Conforme Instrução Normativa nº 01-DECIC/G/UNICENTRO/2023:
a) Atividade de Recuperação de Nota (ARN): será disponibilizado na disciplina, a ARN que será na forma de avaliação objetiva e composta por questões de múltipla escolha, referente todo o conteúdo do semestre da disciplina;
b) A Atividade de Recuperação de Nota (ARN) será na forma de uma avaliação final, contemplando o conteúdo do semestre, sendo realizada na última semana do final do semestre de acordo com o Calendário Universitário aprovado pela Unicentro;
c) A realização de Atividade de Recuperação de Nota (ARN) são destinados aos discentes que não tenham atingido a média de 7,0 (sete vírgula zero) ao final do semestre.

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/07/2021.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf. Acesso em 04/07/2021
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.
KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015
PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018
SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na Contabilidade Municipal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013

Complementar

BRASIL Lei neº 8666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 16/02/2020.
BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em 04/07/2021.
MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/G

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Primeiro semestre**
Curso	**CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)**
Disciplina	**4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I**
Turma	**CCM**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **51**

PLANO DE ENSINO

Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 005/2023
Data: 10/05/2023